

## EDUCAÇÃO FINANCEIRA: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PESSOAL DE JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS

**Jessica Thayna Teixeira Santos**

[jessica.thayna@unemat.br](mailto:jessica.thayna@unemat.br)

Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT)

**Graziele Oliveira Aragão Servilha**

[graziele.aragao@unemat.com.br](mailto:graziele.aragao@unemat.com.br)

Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT)

**Josiane Silva Costa dos Santos**

[josiane.santos@unemat.br](mailto:josiane.santos@unemat.br)

Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT)

**Nataliê Cristy Guzatti**

[natalie.guzatti@unemat.br](mailto:natalie.guzatti@unemat.br)

Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT)

**Mário Geraldo Ferreira de Andrade**

[marioandrade@unemat.br](mailto:marioandrade@unemat.br)

Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT)

### RESUMO:

A gestão financeira pessoal é um tema que passou a ser discutido no âmbito do ensino escolar, uma vez que possibilita transformar o cenário econômico das famílias. Diante disso, o estudo objetivou identificar o ensino da educação financeira em escolas públicas de Ensino Médio em um município do estado de Mato Grosso. A pesquisa se caracterizou como descritiva, com abordagem quali-quantitativa, utilizando métodos de pesquisa de campo e a técnica *survey*. Aplicou-se questionário em uma amostra de 3 escolas públicas, para 78 alunos matriculados no 3º ano do Ensino Médio. Os resultados apontaram que, embora os estudantes reconheçam a importância da educação financeira, poucos conseguiram acessar materiais sobre o assunto. Um total de 87,20% expressou interesse em aprender sobre finanças, enquanto 80% nunca tiveram contato com o conteúdo. As instituições de ensino identificam a necessidade de incluir essa disciplina na grade curricular e enfatizam a importância de envolver os pais na educação financeira de seus filhos. Conclui-se que, ao assimilar conceitos de orçamento e investimentos, os alunos podem se tornar aptos a administrar suas finanças pessoais, evitando, dessa forma, o endividamento.

**Palavras-chave:** Escolas públicas; Educação Financeira; Endividamento; Vida Financeira.

## 1 INTRODUÇÃO

Para se alcançar o bem-estar e qualidade de vida é fundamental uma gestão financeira pessoal. Garantir a estabilidade financeira, alcançar objetivos de vida e evitar o endividamento dependem de um planejamento financeiro eficiente (Jesus, 2019), pois a sua falta pode impedir que as pessoas alcancem seus objetivos de vida, como comprar a casa própria, viajar ou se aposentar (Kruger, 2014).

O planejamento financeiro pessoal é uma atividade contínua e dinâmica que exige

disciplina e conhecimento de finanças pessoais (Kruger, 2014; Contani et al., 2021). Diante disso, a ausência de orientação e conhecimento financeiro apropriados pode resultar em dificuldades financeiras, tais como dívidas e desajustes financeiros (Jesus, 2019).

Neste contexto, o nível e os efeitos da educação financeira na vida das pessoas têm sido discutidos, tanto que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sugere o desenvolvimento da educação financeira no ciclo escolar. Nesse sentido, desde 2012, o tema educação financeira tornou-se parte integrante da avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), para identificar o domínio dos alunos nos controles de finanças e como resolver situações cotidianas.

No Brasil, nos últimos dez anos, houve avanços nas discussões sobre a Educação Financeira dos cidadãos. Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a orientação para integrar a Educação Financeira no Ensino Básico como um tema transversal está diretamente ligada às disciplinas de Ciências da Natureza e Matemática. As escolas, tanto públicas quanto privadas, devem incorporar essa orientação ao currículo. Paralelamente, os professores de matemática estão trabalhando a formação inicial com o objetivo de facilitar a introdução de conceitos financeiros no Ensino Básico (BNCC, 2018).

Ter acesso à educação financeira na base possibilita orientar os jovens na gestão pessoal e nos negócios, porém, há a questão da insegurança dos pais em orientar os filhos na administração das finanças (Stephani, 2005).

Diante disso o problema que norteia esta pesquisa é: Quais os desafios e oportunidades relacionados à implementação da educação financeira no Ensino Médio e qual a efetividade do ensino de educação financeira em termos de mudanças de comportamento e conhecimento dos alunos? Como objetivo geral: identificar o ensino da educação financeira em escolas públicas de Ensino Médio de um município do estado de Mato Grosso. E objetivos específicos: identificar o perfil das escolas públicas de ensino médio do município em questão; realizar uma investigação sobre o ensino da educação financeira nas escolas pesquisadas; e evidenciar a percepção das escolas e dos alunos sobre a importância da educação financeira para a formação dos jovens.

A inclusão da educação financeira no currículo do Ensino Médio é uma medida fundamental e oportuna, dada a crescente complexidade do mundo financeiro e a necessidade premente de preparar os jovens para enfrentar desafios econômicos e financeiros ao longo de suas vidas. Neste sentido, justifica-se a pesquisa pela relevância da inserção da educação financeira como disciplina, destacando alguns pontos importantes como a necessidade de preparação dos jovens que, ao ingressarem na vida adulta, se deparam com uma série de responsabilidades financeiras, como a administração do próprio orçamento, a realização de investimentos e o planejamento para alcançar objetivos financeiros.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Educação financeira**

O domínio da educação financeira inclui os princípios, habilidades e metodologias permitidas para lidar com finanças com proficiência, utilizando ferramentas como orçamento, estratégias de investimento, poupança, gestão de crédito e planejamento financeiro pessoal. Observa-se que saber gastar, ganhar, poupar, investir e saber doar é o fundamento da educação financeira, para que as pessoas possam ter uma melhor qualidade de vida (Peretti, 2007).

A OECD (2009) orienta que a educação financeira deve se iniciar na escola, permitindo que os estudantes se familiarizem com questões financeiras desde cedo. O processo pelo qual

aprimoram sua compreensão de risco financeiro, acontece por meio de informações, instruções, conselhos e objetivos, pelos quais desenvolvem habilidades e confiança para tomar decisões sobre oportunidades e riscos financeiros, buscando ajuda quando necessário, e adotando medidas eficazes para melhorar o bem-estar financeiro.

A falta de educação financeira não só resulta em perdas financeiras diretas, mas também limita o acesso dos indivíduos a uma educação mais ampla, limitando suas oportunidades de carreira, atividades de lazer, exposição à cultura, entre outros (Pires, 2006). John Maynard Keynes, economista britânico dos séculos XIX e XX, foi um dos primeiros a estudar o comportamento de poupança. Seu estudo demonstrou a tendência das pessoas em conservar recursos financeiros, observando que a forma como as poupanças se inovam podem variar, sendo algumas mais eficazes do que outras e até específicas a longo prazo (Keynes, 1936).

Para Frankenberg (2002), tanto a educação convencional quanto a educação financeira, embora igualmente importantes, ainda são deficitárias no Brasil e devido à falta de informação sobre planejamento financeiro, muitas pessoas podem se iludir com propagandas comerciais e acabar gastando mais do que realmente possuem, resultando em endividamento.

Segundo D'Aquino (2008), os hábitos e perspectivas financeiras são moldados até aproximadamente os cinco anos de idade, quando a relação com as finanças frequentemente é influenciada pelo que se ouve, pelo que não se ouve e pelas atitudes dos pais ou responsáveis. De acordo com Frankenberg (2002), em um mundo cada vez mais competitivo, aqueles que estiverem melhor preparados terão vantagem, sendo a educação o único investimento com retorno garantido, praticamente sem riscos.

Neste cenário, a educação financeira desempenha um papel crucial na construção de um futuro financeiro sólido, fornecendo informações sobre diversos tipos de investimentos, como: ações, títulos e fundos, e ensina as pessoas a avaliar riscos e retornos para tomar decisões de investimento mais acertadas, capacitando os indivíduos a aumentar suas economias e tomar decisões que promovam maior segurança financeira a longo prazo (Ferreira, 2017).

Silva et al., (2023) destacam que a educação financeira proporciona maior autonomia e empoderamento. Ao adquirir conhecimentos financeiros, as pessoas se tornam menos dependentes de intermediários financeiros e têm a capacidade de tomar decisões por si mesmas. Isso resulta em uma maior confiança em relação às escolhas financeiras e em uma maior capacidade de proteger e fazer crescer seu patrimônio de acordo com seus próprios objetivos e valores.

Nos últimos anos, os programas de educação financeira do Brasil por meio da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) buscaram melhorar a compreensão da gestão financeira entre o público brasileiro, promovendo assim o desenvolvimento do mercado e da economia do país como um todo (Ferraz, 2021).

Além dos benefícios individuais, a educação financeira gera benefícios para a sociedade como um todo. Indivíduos com educação financeira têm menor probabilidade de enfrentar dificuldades que levem à inadimplência ou falência, o que contribui para a estabilidade econômica e promove a tomada de decisões de consumo mais consciente, resultando em uma economia mais saudável e sustentável (Banco Central do Brasil, 2013).

Em vista disso, a educação financeira é um processo contínuo que deve começar cedo e se estender ao longo da vida. Pode ser ensinada em casa, na escola ou através de diversos cursos e recursos educacionais disponíveis. É fundamental buscar constantemente aprimorar os conhecimentos financeiros e manter a atualização sobre as mudanças no cenário financeiro, a fim de se adaptar às novas circunstâncias e desafios (Ribeiro et al., 2020) e garantir o

entendimento do processo de gestão financeira pessoal.

## 2.2 Gestão financeira pessoal

A gestão financeira pessoal é o processo de gestão eficaz de recursos financeiros pessoais ou familiares, de curto e longo prazo. Envolve planejamento, controle e otimização de receitas, despesas, investimentos e dívidas, para garantir a estabilidade financeira e atingir metas financeiras específicas, como comprar uma casa, pagar a educação dos filhos ou garantir uma aposentadoria confortável. A teoria financeira estabelece a gestão financeira pessoal como sendo um conjunto de conceitos que ajudam a organizar o pensamento das pessoas sobre como alocar recursos ao longo do tempo. E ainda, um conjunto de métodos quantitativos para auxiliar as pessoas a avaliarem alternativas, tomarem decisões e implementá-las (Merton, 2002).

Vários especialistas - como Dave Ramsey, Suze Orman, e Robert Kiyosaki, discutem frequentemente a importância de orçar e gerenciar investimentos de maneira sábia. Ramsey é conhecido por seu método "envelope" como uma estratégia de orçamento, enquanto Orman enfatiza a importância da gestão de dívidas e a criação de um fundo de emergência. Kiyosaki, autor de "Pai Rico, Pai Pobre", introduz conceitos sobre como a inteligência financeira pode impactar na escolha de investimentos e na construção de riqueza a longo prazo (Ramsey, 1974).

Autores como Silva et al., (2023) discutem a forma como as questões relacionadas às finanças pessoais têm sido tratadas até o momento, como decisões não consideradas dentro de uma lógica matemática como irracionais, prejudicam a compreensão do comportamento dos investidores.

No contexto da educação financeira, o consumismo merece atenção especial, pois para que se sintam pertencentes a um grupo, os jovens muitas vezes tentam adquirir itens de marcas famosas e produtos eletrônicos como telefones celulares. No geral, essas atitudes fazem com que se sintam aceitos e bem-vindos no meio escolar, o que contribui para o mercado do consumismo e endividamento (Zecchin, 2017).

Observa-se que os autores enfatizam a conscientização de cada indivíduo para controlar suas finanças: receitas e despesas, onde as receitas podem fornecer pagamentos, aluguel, entre outros, e despesas ou investimentos realizados durante o mesmo período que essa receita.

Nesse contexto, o planejamento financeiro engloba a elaboração de um orçamento, seguido do fluxo de caixa, que descreve todas as receitas e despesas do período. Considerando que o primeiro passo para economizar dinheiro é ganhar dinheiro, este será melhor administrado com a compreensão das receitas e despesas em um orçamento bem preparado (Cerbasi, 2004).

Kiyosaki (1997) destaca a importância da distinção entre ativos e passivos, mostrando que é mais relevante adquirir ativos que proporcionem renda do que apenas buscar aumentar os ganhos por meio de salários. Essa abordagem ressalta a importância do estímulo às pessoas a investirem para obter retorno, ao invés de ficarem dependentes do trabalho convencional.

Moreira (2020) oferece uma abordagem mais flexível à gestão financeira, concentrando-se em gastar conscientemente em coisas que ama enquanto economiza e investe agressivamente. Argumenta ainda que gastar significativamente em grandes vitórias financeiras, significa gerenciar bem o dinheiro em outras áreas.

Sobrinho e Tofoli (2017) destacam que o planejamento financeiro consiste em gerir as finanças pessoais ou empresariais para alcançar metas financeiras específicas. Isso requer

avaliar a situação financeira atual, estabelecer objetivos de curto e longo prazo e criar estratégias para atingi-los. O objetivo final é manter o controle das finanças e garantir segurança financeira a longo prazo. Lucion (2005) enfatiza a importância do planejamento financeiro, pois permite que indivíduos e empresas tenham uma visão clara de sua situação financeira presente e futura, auxiliando na tomada de decisões fundamentadas sobre gastos, investimentos e dívidas.

Estabelecer metas financeiras específicas é um aspecto crucial do planejamento financeiro, que envolve economizar para a aposentadoria, saldar dívidas, adquirir uma casa ou um carro ou constituir um fundo de emergência. Tais metas podem ser de curto ou longo prazo e devem ser realistas e alcançáveis (Kruger, 2014).

Conforme Santos (2018), o planejamento financeiro abrange não apenas a definição de metas financeiras, mas também a seleção de investimentos apropriados para alcançá-las. Isso pode envolver investimentos de curto prazo, como títulos do tesouro, e de longo prazo, como fundos de aposentadoria ou ações. É essencial optar por investimentos que estejam alinhados com os objetivos financeiros estipulados e com o perfil de risco de cada indivíduo ou empresa.

Diante disso, é essencial revisar e ajustar regularmente o planejamento financeiro para assegurar que esteja atualizado e alinhado com as mudanças na situação financeira e nas metas, revendo orçamentos, analisando investimentos e se adaptando a alterações como desemprego ou mudança na renda (Fonseca, 2012).

Para Bulgarim (2011), o orçamento familiar/fluxo de caixa é uma ferramenta crucial na gestão financeira, que envolve a análise minuciosa das receitas e despesas familiares, a fim de proporcionar uma visão clara das fontes de renda e dos gastos essenciais e supérfluos. Um orçamento familiar eficaz deve abranger todas as despesas fixas e variáveis, como habitação, alimentação, transporte, educação, entretenimento e dívidas. É igualmente importante reservar uma parte para a poupança e imprevistos.

Um orçamento familiar/fluxo de caixa envolve a redução de gastos desnecessários, a busca por fontes de renda adicionais e a seleção de investimentos apropriados para alcançar metas financeiras específicas (Muller, 2003). Conforme o Banco Central do Brasil (BCB) (2013) destaca, um orçamento familiar é fundamental no planejamento financeiro, pois auxilia pessoas e empresas a monitorarem seus gastos e manter suas finanças sob controle, devendo abranger despesas regulares e extraordinárias, como custos médicos ou de manutenção de veículos.

### **2.3 Políticas públicas voltadas para educação financeira no âmbito das escolas públicas**

Antes mesmo de se falar sobre a educação financeira, há de se pensar primeiramente na educação como um todo. “Só a educação pode libertar” é uma ideia central de Paulo Freire, famoso educador brasileiro do século XX. Essa teoria está intrinsecamente ligada à pedagogia crítica e aos princípios da consciência, que são a base do seu trabalho. Uma referência específica na qual o autor discute essa ideia consta na obra “Pedagogia do Oprimido”, que investiga a importância da educação para a libertação das pessoas oprimidas e a mudança social (Freire, 1967).

Neste contexto, a OECD (2009), publicou documento no qual afirma que a inclusão da educação financeira no currículo escolar de forma sistêmica é considerada uma das formas mais eficientes e justas de alcançar toda uma geração. A teoria da escolha racional oferece uma estrutura para a compreensão das escolhas econômicas enraizadas nas escolhas, nas limitações orçamentais e na maximização da utilidade, apesar do reconhecimento das

deficiências da racionalidade humana pela economia comportamental. Ao conhecer o processo de tomada de decisão dos indivíduos em questões econômicas, torna-se possível desenvolver programas de educação financeira mais impactantes e eficientes (Peretti, 2007).

Ensinar habilidades financeiras nas escolas, segundo Kahneman (2020), envolve transmitir habilidades financeiras às crianças desde cedo, baseando-se em teorias de aprendizagem como teoria social cognitiva. Os educadores podem empregar estratégias de ensino que facilitem a aquisição e retenção de conhecimento financeiro. Além disso, pesquisas sobre educação financeira nas escolas podem avaliar a eficácia de diversas abordagens e currículos de ensino.

Para tal implementação da educação financeira em escolas públicas, torna-se essencial compreender as políticas públicas voltadas para esse campo. Nesse sentido, as políticas públicas para a educação devem ser planejadas e administradas pelo Estado em colaboração com a sociedade, com a responsabilidade de antecipar ações, instrumentos, agentes e planos, com a coordenação necessária para a tomada de decisões. A Constituição Federal (CF) estabelece que o poder público deve formular políticas públicas, e, no campo da educação, são implementados programas e ações pelo governo para garantir que todos os cidadãos tenham acesso adequado ao direito à educação. Nesse sentido, o foco não é apenas oferecer o direito à educação, mas sim garantir um direito à educação de qualidade (Bitencourt & Reck, 2021).

Ganzeli (2013), ao tratar da perspectiva da política educacional dentro da dualidade entre “política nacional” e “política governamental”, afirma que os proponentes da política nacional buscam uma institucionalização de regulamentações para alocar as responsabilidades de cada federação por acordo mútuo e os defensores da política governamental defendem as vantagens de definir uma agenda governamental envolvendo o setor da educação.

Quanto às políticas dos instrumentos legislativos, são fundamentais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 13.005/2015. A resposta aos desafios educacionais no Brasil tem sido a elaboração de planos decenais, para uma série de programas e ações desenvolvidos (Lei nº 9.394, 1996).

Um dos planos executivos de destaque é o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que engloba diversos programas organizados em torno de quatro eixos principais: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização. Neste conjunto de programas, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi um dos maiores avanços. Instituído pela Emenda Constitucional nº 108/2020, e regulamentado pela Lei nº 14.113/2020, esse recurso é distribuído para os Estados, Distrito Federal e Municípios (Lei nº 14.113, 2020).

No entanto, o FUNDEB não é o único elemento fundamental nesse cenário; vários outros programas contribuíram para concretizar o direito à educação, visando resolver os desafios enfrentados pela realidade educacional brasileira. Programas voltados à articulação dos três níveis da Educação Básica, Programa de Trabalho em Rede para Articulação de Sistemas e Políticas Educacionais (Portaria Ministério da Educação [MEC] nº 1.716, 2019).

O Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) (Portaria MEC nº 331, 2018) auxilia as secretarias de Educação (com suporte técnico e recursos) no processo de revisão, elaboração e implementação de currículos alinhados à BNCC. O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNem) (Portaria MEC nº 649, 2018) visa apoiar as secretarias de educação estaduais e do DF na implementação do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), por meio de ações como apoio financeiro, técnico

e formação continuada de professores (Portaria MEC nº 649, 2018).

E ainda o Programa E-TEC Brasil (Resolução nº 36/2009, com alterações em 2010), que objetiva contribuir para a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino técnico de nível médio a distância, público e gratuito, especialmente nas áreas rurais e periféricas das grandes cidades. E o Programa Itinerários Formativos, que busca oferecer apoio técnico e financeiro às escolas de ensino médio, promovendo a integração entre instituições de ensino superior, setor produtivo, escolas e secretarias de educação. Programa Brasil na Escola (Portaria MEC nº 177, 2021). Este programa tem como meta desenvolver estratégias e inovações para garantir a permanência, aprendizagem e progressão adequada dos estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental, com equidade e na idade apropriada (Portaria MEC nº 177, 2021)

Em julho de 2021, o MEC se uniu à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para criar um programa de educação financeira para escolas. O programa visa formar 500 mil professores de educação financeira em três anos. Esses professores vão disseminar conhecimento para 25 milhões de alunos dos Ensinos Fundamental e Médio no mesmo período. Serão prestados apoio técnico e orientação pedagógica aos professores sobre temas-chave envolvidos na educação financeira, tais como: formação em poupança; orientação de investimento consciente, prevenção de fraudes financeiras (MEC, 2021).

O governo do estado de Mato Grosso investiu R\$ 11,4 milhões para implementar a educação financeira nas escolas públicas e conteúdos complementares relacionados às disciplinas de matemática. Esse trabalho teve início em 2020 com a formação de professores determinados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A Secretaria de Estado da Educação (Seduc-MT) concluiu um projeto piloto em algumas escolas e distribuiu esse conteúdo como política educacional para toda a rede estadual de ensino a partir deste semestre. (GOV, 2020)

Programas de educação financeira no âmbito escolar foram implantados com parcerias entre o Ministério da Educação (MEC), Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, e as secretarias da Fazenda e de Educação dos Estados, oferecendo educação financeira visando qualificar indivíduos capazes de aplicar suas competências e habilidades na administração de recursos erários escassos (MEC, 2014).

## 2.4 Estudos correlatos

Na literatura, é possível constatar pesquisas que abordam sobre a educação financeira sob diferentes abordagens, no contexto escolar, tanto no ensino particular quanto no público.

Oliveira (2023), por exemplo, identificou a importância de aliar a Matemática Financeira, ainda na educação básica, considerando a relevância desta área na sociedade contemporânea. Com isso, pode-se verificar outros aspectos envolvendo a sociedade como, emprego, renda e novas formas de administrar os recursos financeiros, diante de tantas mudanças ocorridas no mercado financeiro no Brasil. Destaque-se também aspectos sociais e econômicos, levando em consideração que os problemas financeiros passam por todos esses parâmetros, permitindo a escola e o professor fazer adaptações necessárias no ensino.

Neste contexto, Novak (2015) mostrou como ganhar, usar e economizar dinheiro, da forma que a Educação Financeira ensina. Os alunos da escola Pacaembu, de São Paulo, primeira escola a utilizar o método, aprenderam sobre preço e poupança. Na mesma perspectiva, Fernandes e Cândido (2014) mostraram a visão dos alunos de uma instituição, sobre o que os levaram a ficar endividados e entender se a falta de ensino sobre a educação financeira na infância ou adolescência influencia em obter uma visão de gastos mais efetiva.

Nesse sentido Oliveira et al., (2014) demonstraram a importância da educação financeira dentro das escolas e famílias, e evidenciaram a importância de explorar esse tema na vida escolar, e que requer incentivos do Estado e o papel fundamental desempenhado pela família para este estudo

Aguiar (2022) mostrou que os jovens consideram a educação financeira essencial para o desenvolvimento de um adulto consciente financeiramente, e acreditam que tanto a escola quanto a família têm responsabilidade nesse processo. Embora a maioria guarde dinheiro, muitos ainda consomem de forma inconsciente. O estudo indicou a necessidade de implementar a educação financeira nas escolas para promover o consumo consciente e a gestão adequada do dinheiro.

Nesta direção, observa-se a importância da educação financeira no ambiente escolar, como também no ambiente familiar. Aprender sobre educação financeira na infância ou adolescência pode ser um dos fatores de prevenção a gastos compulsivos.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como de natureza básica, descritiva e com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos, foram utilizados a pesquisa de campo e a técnica *survey*.

O estudo de campo focou nas escolas estaduais (EE) públicas do Ensino Médio do município de Tangará da Serra – MT, no ano de 2024. A primeira etapa da pesquisa foi realizada entrevista semiestruturada com a direção das escolas no período de 01 a 30 de outubro de 2024, a fim de verificar o perfil das escolas e as políticas públicas voltadas para o ensino da educação financeira. Em segundo momento foi aplicado um questionário direcionado aos alunos da 3ª série do E.M, com o intuito de averiguar o nível de conhecimento da gestão financeira pessoal. Na Tabela 1 é apresentada a população da pesquisa.

Tabela 1 – População da pesquisa

Escolas	Nº de alunos	Nº de Alunos da 3ª Série do E.M
EE 29 De Novembro	816	230
EE 13 De Maio	990	274
EE Patriarca Da Independência	199	22
EE Min Petronio Portela Nunes	241	22
EE Ramon Sanches Marques	290	0
EE Antonio Hortolani	61	7
EE Pedro Alberto Tayano	633	45
EE Jonas Lopes Da Silva	201	0
EE Manoel Marinheiro	368	0
EE Ver Bento Muniz	805	62
EE Professor Jada Torres	478	34
EE Prof João Batista	929	65
EE Dr. Helcio De Souza	259	0
EE Paulo Freire	85	3
EE Indígena Malamalali	8	15
EE Militar Tiradentes	481	48

Fonte: DRE Tangará Da Serra - MT

Da população de 16 escolas estaduais, foram escolhidas 3 escolas estaduais (EE 29 De Novembro; EE 13 De Maio; EE Professor João Batista) para compor a amostra da pesquisa, por serem escolas com maior número de alunos e melhor acessibilidade da pesquisadora. Dessa amostra houve retorno de 78 alunos respondentes, matriculados no 3º ano.

O instrumento de coleta de dados foi questionário, utilizando a plataforma *Google Forms* para envio do link pelo *WhatsApp* visando facilitar a participação. Os dados foram tabulados com uso do *software Microsoft Office Excel*, analisados utilizando-se da estatística descritiva simples e apresentados em formas de tabelas e figuras, comparando-se com resultados de pesquisas anteriores. Utilizou-se ainda para a questão aberta a nuvem de palavras por meio da ferramenta *WordArt* (2024).

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para determinar a presença da educação financeira com jovens estudantes no estado de Mato Grosso, optou-se por analisar as escolas estaduais com turmas do terceiro ano no município de Tangará da Serra-MT. A pesquisa buscou identificar o perfil das escolas públicas de Ensino Médio do município, obtendo uma amostra de três (3) escolas com uma média de 912 alunos, distribuídos em 2º, 3º e 9º turmas de terceiros anos.

O estudo revelou que duas das escolas já abordam o conteúdo de educação financeira com os alunos. Uma das escolas aplica esse conteúdo em todas as turmas, enquanto outra o faz apenas nas turmas do 9º e 1º anos. A terceira escola optou por não responder. Quando questionadas sobre a preparação para a obrigatoriedade de ensinar educação financeira, duas escolas afirmaram estar prontas, pois já trabalham esse conteúdo em sala de aula. No entanto, uma das escolas participantes declarou não estar preparada para essa exigência.

O estudo identificou ainda que das escolas que trabalham o tema, a educação financeira é aplicada conjuntamente com outra disciplina e estruturada no plano de ensino. Quanto ao incentivo aos pais para abordarem sobre educação com seus filhos, duas escolas se empenham nesta função e afirmam ainda que tem planos de expandir e aprimorar a oferta da educação financeira para as futuras turmas.

Em relação a autonomia da escola em incluir o tema educação financeira no currículo, duas escolas afirmaram que a escola segue as diretrizes da Secretaria de Educação. E ainda essas mesmas escolas acreditam que a inclusão da educação financeira como obrigatória permite uma melhor formação dos alunos para uma vida financeira saudável. A educação financeira é um dos temas transversais presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo essencial para conscientizar os alunos sobre a importância do planejamento financeiro para que possam desenvolver uma relação equilibrada com suas finanças.

Neste contexto, os resultados indicaram que 100% das escolas participam ou já participaram de campanhas para disseminação de educação financeira em parceria com instituições privadas. As escolas mencionaram a importância das parcerias com instituições financeiras ou Organizações Não Governamentais (ONG) para promover a educação financeira, pois tais parcerias são essenciais para os alunos, ajudando-os a tomar decisões financeiras assertivas. Para melhorar a abordagem da educação financeira nas escolas, foram sugeridos pelas escolas o desenvolvimento de projetos pedagógicos, fornecimento de materiais e a implementação de minicursos sobre o tema em todas as séries do Ensino Médio, em parceria com instituições especializadas.

Diante disso, foi questionado às escolas, em uma escala de 0 a 10, quanto entendem que seja o conhecimento dos alunos sobre a educação financeira. Os resultados indicaram notas 5, 8 e 10 entre as 3 escolas pesquisadas. Para entender esse cenário quatro turmas de três escolas responderam a pesquisa, totalizando uma amostra de 78 alunos, para assim compreender a percepção dos alunos quanto ao ensino da educação financeira nas escolas, identificando o perfil socioeconômico dos alunos, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Perfil dos alunos

Descrição	fi	Fi
-----------	----	----

<b>Gênero</b>	Feminino	54	69,20%
	Masculino	24	30,80%
<b>Total</b>		<b>78</b>	<b>100,00%</b>
<b>Idade</b>	De 13 a 14 anos	1	1,30%
	De 15 a 18 anos	71	91%
	Acima de 19 anos	6	7,70%
<b>Total</b>		<b>78</b>	<b>100,00%</b>
<b>Renda familiar</b>	Até 1.412,00	9	11,50%
	De 1.412,00 a 2.000,00	13	16,70%
	De 2.000,01 a 4.000,00	24	30,80%
	De 4.000,01 a 6.000,00	17	21,80%
	De 6.000,01 a 10.000,00	9	11,50%
	De 10.000,01 a 30.000,00	6	7,70%
<b>Total</b>		<b>78</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O estudo revelou que, entre os 78 alunos, 69,20% são do gênero feminino, enquanto 30,80% são do gênero masculino. Além disso, 91% possuem entre 15 e 18 anos de idade, e 52,60% possuem renda familiar que variam de R\$ 2.000,00 a R\$ 6.000,00 reais (Tabela 2). Com o objetivo de avaliar o conhecimento dos alunos sobre educação financeira e identificar o apoio fornecido pela família e pela escola, a pesquisa questionou sobre o interesse em aprender sobre o assunto, se já possuíam algum conhecimento prévio e se costumam conversar com seus responsáveis sobre dinheiro, despesas e investimentos, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 – Conhecimento dos alunos sobre a educação financeira

Descrição		fi	Fi
<b>Possui interesse em aprender sobre educação financeira</b>	Sim	68	87,20%
	Não	3	3,80%
	Não sei responder	7	9%
<b>Total</b>		78	100,00%
<b>Já ouviu falar em algum livro sobre educação financeira para sua idade?</b>	Sim	8	10,30%
	Não	63	80,70%
	Não sei responder	7	9%
<b>Total</b>		78	100,00%
<b>Você tem conhecimento de algum programa ou matéria direcionado a educação financeira na sua escola?</b>	Sim	22	28,20%
	Não	53	67,90%
	Não sei responder	3	3,90%
<b>Total</b>		78	100,00%
<b>Conversa com seus pais ou responsáveis sobre questão financeiras? Sobre o uso do dinheiro, sobre dívidas ou investimentos.</b>	Sim	60	76,90%
	Não	17	21,80%
	Não sei responder	1	1,30%
<b>Total</b>		78	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A pesquisa revelou que 87,20% dos alunos têm interesse em aprender sobre educação financeira, porém 80,70% dos alunos afirmaram nunca ter ouvido falar em livros sobre o tema.

Por outro lado, 10,30% dos alunos mencionaram ter leituras de alguns livros, citando títulos como “Coleção Educação Financeira”, “A Psicologia Financeira”, “Pai Rico, Pai Pobre”, “Pense e Enriqueça”, “Os Segredos da Mente Milionária”, “O Homem Mais Rico da Babilônia”.

Apesar de 66,70% das escolas afirmarem que o tema da educação financeira é abordado dentro do ambiente escolar, 67,90% dos alunos afirmaram não ter conhecimento de nenhum programa ou matéria específica sobre educação financeira em suas escolas. Além disso, 76,90% dos alunos relataram que discutem questões financeiras, como uso do dinheiro, dívidas e investimentos, com seus pais ou responsáveis. Por outro lado, 21,80% dos alunos informaram que não têm essas conversas em casa.

Nesse contexto, Oliveira et al., (2014), pesquisaram sobre a importância da educação financeira no contexto escolar e familiar e observaram que, além do acompanhamento pedagógico, os pais utilizam métodos como mesada, cofrinho e exemplos diários como formas de incentivo e aprendizado financeiro em casa.

Neste viés da percepção dos alunos sobre a utilidade do ensino da educação financeira nas escolas públicas, a pesquisa construiu uma “nuvem de palavras” - codificadas isoladamente - mais citadas, com as principais respostas das 68 respostas afirmativas. Os demais alunos discordam ou não souberam responder (Figura 1).

Figura 1 – Nuvem de palavras “Percepção dos alunos”

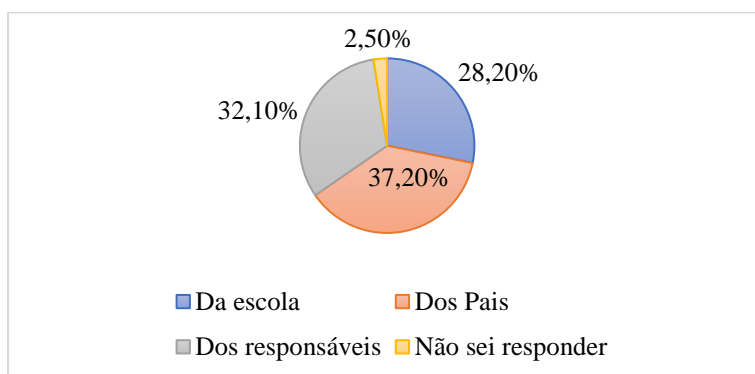


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Conforme observado na Figura 1, verificou-se que as palavras que mais se destacaram foram: Dinheiro (22), Sobre (11), Mais (9), Administrar (9), Educação (9), Financeiro (9) Importante (9), Futuro (8), Jovens (8), Saber (8). Dessa forma, identificou-se que os alunos entendem a importância de saber sobre finanças; como desenvolver uma vida financeira mais saudável; ter consciência dos gastos e ganhos e já entrarem na vida adulta um pouco mais preparados e saber administrar o uso do dinheiro durante a vida.

Nesse contexto, quem deve assumir o papel principal na orientação sobre como usar o dinheiro de forma eficaz e responsável? Essa responsabilidade recai sobre as escolas, as famílias, ou sobre o próprio indivíduo (Figura 2).

Figura 2 - Responsabilidade de ensinar educação financeira



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Observou-se que 69,30% dos alunos acreditam que a responsabilidade de ensinar sobre gestão financeira, de como usar o dinheiro, recai sobre os pais ou responsáveis. Em contrapartida, 28,20% acreditam que essa responsabilidade é da escola, enquanto 2,50% não souberam responder.

O estudo de Ferreira e Castro (2020) sugere que, embora a família seja considerada a base da educação financeira dos estudantes, muitas vezes falta conhecimento suficiente para instruir adequadamente sobre o tema. Por outro lado, a escola não é amplamente reconhecida como um local para adquirir conhecimentos financeiros, devido à ausência de disciplinas específicas que possam apoiar o desenvolvimento de jovens e adultos financeiramente educados.

Aguiar (2022), assinala que quando questionados sobre onde devem aprender educação financeira, 35% dos entrevistados consideram que devem aprender em casa, 33% acreditam que devem aprender na escola e 32% entendem que devem aprender educação financeira em casa e na escola, de forma conjunta.

Buscando identificar o nível de conhecimento dos participantes sobre educação financeira e verificar se conseguem distinguir despesa de investimento, o estudo estruturou algumas das respostas dos alunos no Quadro 4.

#### Quadro 4 – Despesa *versus* investimento

- |   |   |    |   |
|---|---|----|---|
| 1 | "Despesa é algo gasto sem necessidade de fato e investimento é ter um resultado financeiro efetivo a longo prazo" | 10 | "Investimento é para algo futuro, despesas é algo para mante-se no dia, dia." |
|---|---|----|---|

2	"Despesa é um gasto mensal ou semanal, e investimento é algo que pode dar dinheiro futuramente"	11	"Investimentos são algo que podem dar retorno futuramente e despesas são algo fútil "
3	"Despesa seria algo que você acumulou conforme gasta, e investimento quando temos alguns planos e investimentos nosso dinheiro naquilo focados."	12	"Investir algo para o futuro, e a despesas algo como fazer compra de casa "
4	"Despesas: não estão diretamente relacionadas à produção do que você vende, mas são igualmente necessárias para a gestão do seu negócio. Elas são os "extras" que você precisa pagar para manter tudo funcionando corretamente."	13	"Despesas é o que tem que ser gasto para se manter como água, luz, alimentação. Investimento é algo que vai trazer lucro ou melhoria ao longo do tempo, como investimento em fundos ou até mesmo em um consórcio"

	Investimentos: são gastos feitos com a expectativa de obter retornos no futuro."		
5	"A despesa são custos que não trazem retorno financeiro, enquanto investimentos são gastos com expectativa de aumentar o dinheiro no futuro. "	14	"Investimento é algo que vai gerar frutos no futuro para você"
6	"Propor e investir"	15	"A despesa é um gasto com coisas básicas e necessárias"
7	"Despesa seria o gasto básicos e necessários para viver. Já o investimento seria um método aonde eu meio q gasto o meu dinheiro com o intuito de receber mais."	16	"Só deixar para render no banco"
8	"Despesa é um gasto que não gera retorno financeiro, como contas de casa. Investimento é um gasto que pode gerar lucro no futuro, como aplicar dinheiro em ações."	17	"Tenho algumas certezas sobre a educação financeira, mas não saberia descrever tão bem uma diferença entre os dois sem usar um ao outro como exemplo."
9	"Uma despesa e algo que não vem mais, e investimento é algo que te rendera x no mês e assim gradativamente."	18	"Tenho um pouco de conhecimento sobre. Despesa é os meus gastos como alimentação, água, energia, ou até com coisas fúteis que eu não preciso etc., já o investimento você poupa uma parte do seu dinheiro para render e te dar mais lucro no futuro ou até mesmo a compra de um imóvel."

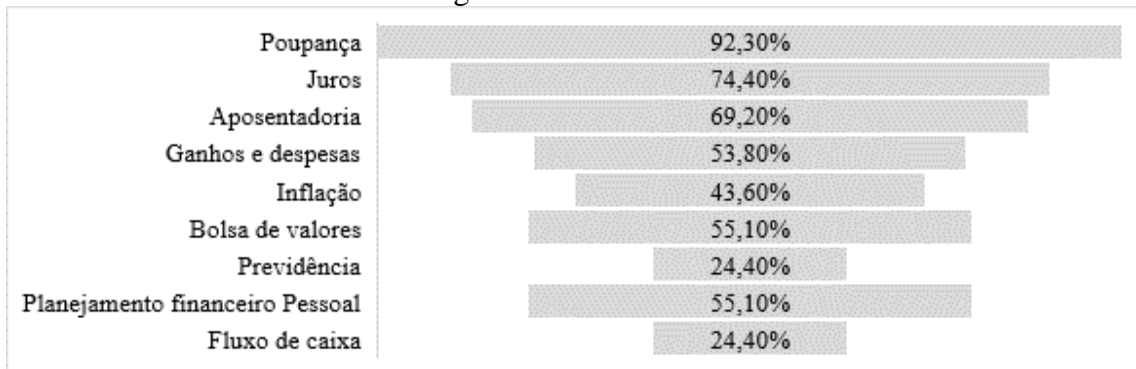
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Entre os alunos consultados, 35% relataram dificuldade em diferenciar claramente entre despesa e investimento. Por outro lado, 42% afirmaram que conseguem fazer essa distinção e 23% descrevem claramente a diferença entre os dois termos. A maioria dos alunos entendem a despesa como um gasto que não gera retorno futuro, sendo algo necessário para atender necessidades imediatas, como manter o dia a dia. Enquanto o investimento é percebido como algo que gera benefícios futuros, capaz de proporcionar retorno financeiro, lucro ou melhorias ao longo do tempo.

Existem ainda percepções variadas, na qual despesas estão associadas a gastos básicos e necessários, como água, luz e alimentação, enquanto investimento é visto como a aplicação de dinheiro com uma expectativa de obter retornos futuros, seja por meio de ações, fundos ou consórcios. No entanto, alguns alunos ainda têm uma compreensão superficial ou incerta sobre a diferença, descrevendo a despesa como um gasto presente e o investimento como uma forma de poupar para gerar benefícios no futuro.

Para identificar o conhecimento sobre termos financeiros como: poupança, juros, ganhos, despesas e fluxo de caixa, foi questionado se já tinham familiaridade com tais termos em conversas com pais, amigos, na escola ou em outros meios de comunicação. A questão permitiu que os alunos selecionassem várias opções, resultando em percentuais relevantes para cada termo, conforme Figura 3.

Figura 3 – Termos financeiros

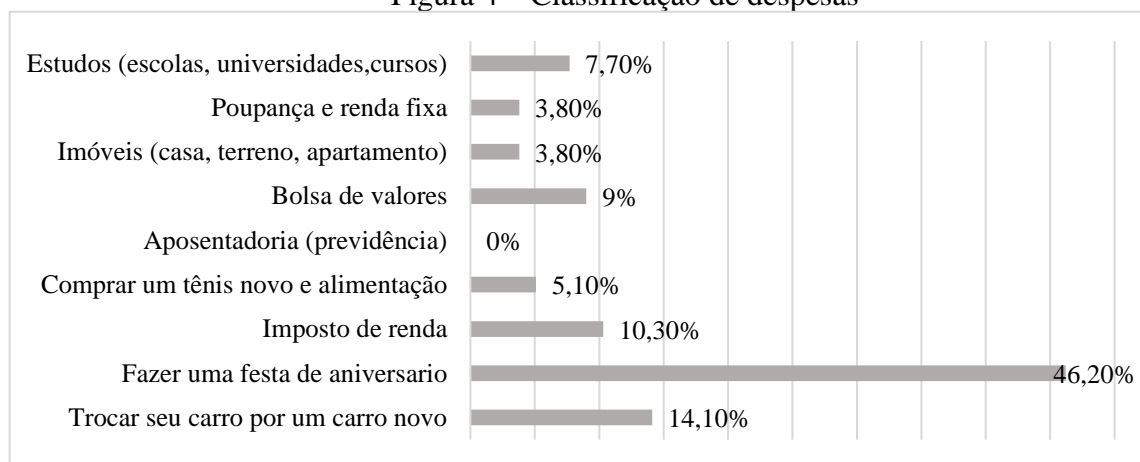


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Os termos mais conhecidos pelos alunos foram poupança, juros e aposentadoria. No entanto, termos mais específicos e técnicos, como fluxo de caixa e previdência, são menos conhecidos, assemelhando-se ao estudo de Nogueira (2011), que identificou que 65% dos alunos não conheciam o fluxo de caixa.

Saber identificar despesas se faz necessário, pois é fundamental para administrar bem o dinheiro e alcançar metas financeiras. Neste contexto, a pesquisa buscou identificar o nível de conhecimento dos alunos sobre a diferenciação entre despesa e investimentos, e foi solicitado que classificassem o que seria despesa (Figura 4).

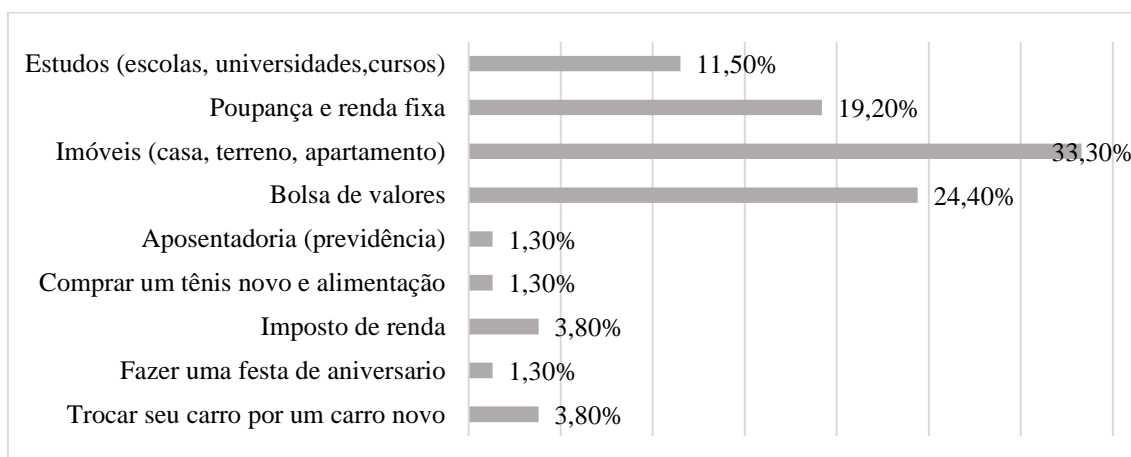
Figura 4 – Classificação de despesas



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Percebe-se que a maioria dos alunos entendem a diferenciação de despesa, porém existem alunos que não tem o conhecimento que estudos, imóveis, bolsa de valores e poupança são formas de investimento ou maneiras de poupar o dinheiro. Nesse sentido, na Figura 5 a pesquisa propôs o inverso, solicitando que classificassem o que seria investimentos.

Figura 5 – Classificação de investimentos



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Os resultados comprovaram um conhecimento bom dos alunos acerca do que se classifica como investimentos, a maioria entende como investimentos: compra de imóveis, aplicação em bolsa de valores e ainda aplicação em poupança e renda fixa. Por outro lado, uma pequena parcela (11,50%), não tem conhecimento de forma de investimentos.

A pesquisa verificou o nível de endividamento dos alunos: 30% ou mais da renda estariam comprometidas com dívidas para os próximos 12 meses e que 11,40% dos alunos possuem um nível alto de dívidas, com 43% da renda familiar comprometida, porém 78,60% dos alunos afirmaram não estar endividados, sendo que alguns ainda não possuem compromissos financeiros devido à ausência de renda. Outros mencionaram a preferência por realizar compras à vista.

Nesse contexto, Domingos (2016), analisou o comportamento financeiro de pessoas endividadas e não endividadas ao receberem dinheiro extra, e averiguou que 78,3% guardam ou aplicam o dinheiro, 8,7% antecipam pagamentos de contas, e 13% não recebem benefícios extras. Pessoas com até 50% da renda comprometida: 52,7% guardam ou aplicam o dinheiro, 21,6% antecipam pagamentos de contas, 18,9% gastam com outras coisas, 2,7% pagam contas atrasadas, e 4,1% não recebem benefícios. Pessoas com mais de 50% da renda comprometida: 32,8% antecipam pagamentos de contas, 29,3% gastam com outras coisas, 19% pagam contas atrasadas, 13,8% guardam ou aplicam, e 5,2% não recebem benefícios. Ou seja, muitas pessoas endividadas preferem gastar o dinheiro extra em outras coisas ao invés de pagar contas atrasadas, possivelmente devido à falta de educação financeira.

Para compreender o controle financeiro dos alunos, foi necessário levantar informações como a renda e quanto dessa renda é destinada à poupança ou investimentos, e se há planejamento das finanças (Tabela 4).

Tabela 4 – Nível de controle financeiro

Descrição	fi	Fi
Você recebe alguma mesada dos pais ou tem alguma renda?	Sim	40
	Não	37
	Não sei responder	1
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>100,00%</b>
Se sim, qual percentual da sua renda mensal você destina à poupança ou investimentos?	Menos de 10%	16
	Entre 10% e 20%	14
	Entre 20% e 30%	5
	Mais de 30%	8

	Não economizo	14	17,90%
	Não tenho renda	21	26,90%
<b>Total</b>		<b>78</b>	<b>100,00%</b>
<b>Com que frequência você revisa suas finanças pessoais?</b>	Diário	11	14,10%
	Semanalmente	32	41%
	Raramente	23	29,50%
	Não tenho renda	12	15,40%
<b>Total</b>		<b>78</b>	<b>100,00%</b>
<b>Você costuma planejar suas compras antes de realizá-las?</b>	Sempre	46	59%
	Frequentemente	13	16,70%
	Às vezes	14	17,90%
	Raramente	2	2,60%
	Nunca	3	3,80%
<b>Total</b>		<b>78</b>	<b>100%</b>
<b>Como você descreveria seu nível de controle sobre suas finanças?</b>	Ótimo	9	11,50%
	Bom	34	43,60%
	Regular	27	34,60%
	Ruim	5	6,40%
	Péssimo	3	3,90%
<b>Total</b>		<b>78</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Os resultados apresentaram que 51,30% dos alunos possuem alguma renda, enquanto 47,40% não possuem, e 1,30% não soube responder, porém dessa renda, 20,50% dos alunos destinam à poupança ou investimento menos de 10% da renda, 17,90% disseram que destinam entre 10% e 20%, enquanto a minoria (10,40%) informaram que investem 30% da renda recebida.

Sobre a frequência de revisão das finanças, 41% dos alunos informaram que revisam semanalmente, 29,50% raramente, 14,10% diariamente. Em relação ao planejamento de compras, 59% afirmaram que sempre planejam, 17,90% disseram que às vezes, 16,70% frequentemente e 6,40% raramente ou nunca. Quanto ao nível de controle sobre as finanças, 43,60% dos alunos disseram ter um bom controle, 34,60% consideram-se regulares, 11,50% afirmaram ter um ótimo controle, e 10,30% disseram ter um controle ruim ou péssimo. Isso evidencia que mesmo os alunos possuindo um nível bom de controle financeiro e ainda estando iniciando sua jornada de conhecimento na vida financeira, é necessário o contínuo aprendizado para buscar crescer com responsabilidade no universo financeiro.

É importante destacar que a maioria dos estudantes poupam para emergências, o que pode refletir uma preocupação com a instabilidade do mercado de trabalho, já que ainda não possuem os empregos desejados, sendo ainda estudantes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou verificar o ensino da educação financeira em escolas públicas de Ensino Médio de um município do estado de Mato Grosso. Neste sentido, considera-se que tal objetivo foi alcançado, uma vez que identificou o perfil e a percepção das escolas e dos alunos sobre a importância da educação financeira para a formação financeira.

Nesta fase os jovens estudantes desenvolvem habilidades para avaliar criticamente as opções disponíveis, compreendendo os riscos e benefícios associados a cada decisão financeira. Ao assimilarem conceitos como orçamento, poupança, investimento e planejamento financeiro, os estudantes se tornam mais aptos a gerir suas finanças de maneira eficaz e a alcançar seus objetivos de vida.

A concretização da formação financeira dos estudantes parte de um trabalho em conjunto com as escolas e alunos. No entanto, não são todas as escolas que se sentem preparadas para atender à obrigatoriedade da implementação de uma disciplina de educação financeira no Ensino Médio. As escolas acreditam que a inclusão da educação financeira como obrigatória, permitiria melhor formação dos alunos para uma vida financeira saudável e citam a importância de incentivar os pais na abordagem da gestão financeira com os filhos.

Um ponto central da pesquisa identificou que 87,20% dos alunos têm interesse em aprender sobre educação financeira, porém 80,70% dos alunos nunca tiveram contato com obras sobre o tema. Isso revela a importância de incentivar a leitura para disseminar o estudo da gestão financeira pessoal.

Apesar disso, os alunos compreendem a importância do conhecimento sobre finanças, para ter consciência dos gastos e ganhos e saber administrar o uso do dinheiro durante a vida, para evitar endividamento, uma vez que foi constatado que 30% ou mais da renda estaria comprometida com dívidas para os próximos 12 meses e mesmo que um percentual pequeno, mas 11,40% dos alunos possuem um nível alto de dívidas.

Um ponto positivo é que os alunos já possuem um nível bom de controle financeiro, ainda que estejam iniciando sua jornada de conhecimento na vida financeira e faz-se necessário o contínuo aprendizado para crescer com responsabilidade no universo financeiro.

A contribuição da educação financeira para a formação integral não se restringe apenas ao aspecto econômico, mas promove ainda o desenvolvimento pessoal e cidadão dos jovens. Ao refletirem sobre questões como consumo consciente, sustentabilidade financeira e responsabilidade social, os estudantes adquirem uma visão mais ampla e crítica do papel do dinheiro em suas vidas e na sociedade. Dessa maneira, conseguem identificar a diferença entre despesa e investimento, preparando-se para uma vida financeira saudável no futuro.

Diante disso, é evidente a importância de incorporar a educação financeira no currículo do Ensino Médio, não apenas como uma disciplina isolada, mas como parte integrante de uma formação educacional que visa preparar os jovens para os desafios e oportunidades do mundo contemporâneo.

A pesquisa teve limitações com a baixa aceitação quando aplicado o questionário, com poucas turmas disponibilizadas para respondê-la. Sugere-se como estudos futuros a ampliação da amostra, para escolas municipais e ainda particulares, ampliando assim as opções e alcançando um maior número de alunos respondentes.

## REFERÊNCIAS

Aguiar, A. (2023). *Percepção dos alunos do ensino médio sobre educação financeira: Um estudo em um colégio particular no município de Tangará da Serra – MT* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Estadual de Mato Grosso].

Bulgarim, M. C. C. (2011). *Orçamento familiar e controle social: Instrumento de organização da sociedade*. Fundação Brasileira de Contabilidade. [https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/22\\_orcamento\\_familiar.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/22_orcamento_familiar.pdf)

*Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação é a base*. (2017). Ministério da

Educação. MEC/CONSED/UNDIME.

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC EI EF 110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)

*Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação é a base.* (2018). Ministério da Educação.

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC EI EF 110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)

Bittencourt, C. M., & Reck, J. (2021). *O Brasil em crise e a resposta das políticas públicas: Diagnósticos, diretrizes e propostas.* Íthala.

<https://www.scielo.br/j/rinc/a/cqDnpXzYBz3GN5MDVDf8ZHG/>

Cerbasi, G. (2009). *Como organizar sua vida financeira: Inteligência financeira pessoal na prática.* Elsevier. <https://pt.slideshare.net/slideshow/como-organizarsuavidafinanceira/243717603>

D'Aquino, C. (2008). *Educação financeira: Como educar seus filhos.* Elsevier.

<https://educacaofinanceira.com.br/wp-content/uploads/2021/11/tcc-a-importancia-da-educacao-financeira-infantil.pdf>

Domingos, R. (2024, outubro 2). *Brasil fica mal em ranking de educação financeira.*

InfoMoney. <https://www.infomoney.com.br/columnistas/financas-em-casa/brasil-fica-mal-em-ranking-deeducacao-financeira/>

Contani, E. A. R., Abreu, M. E. S., & Reis, L. G. (2021). Influência do nível de conhecimento financeiro sobre o planejamento e endividamento pessoal. *Organização e Sustentabilidade*, 9(1), 134–158. <https://doi.org/10.5433/2318-9223.2021v9n1p134-158>

Eduardo, A. S., Ribeiro, J. S., & Maldonado, A. D. R. M. (2020). Aspectos conceituais da educação financeira: Um estudo com os alunos do ensino médio das escolas estaduais de Nova Andradina – MS. In *Anais do 4º Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)*.

<https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/11468>

Ferraz, J. C. (2021). A educação financeira e sua importância na gestão financeira pessoal. *Revista Ciência da Sabedoria – Faciência*, 2(2).

<https://revista.faciencia.com.br/index.php/rcs/article/view/53>

Frankenberg, L. (2002). *Guia prático para cuidar do seu orçamento: Viva melhor sem dívidas.* Campus.

[https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo\\_cientifico\\_mauricio1.pdf](https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_cientifico_mauricio1.pdf)

Ferreira, J. C. (2017). A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. *Caderno de Administração*, 11(1).

<https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/33268>

Ferreira, J. B., & Castro, I. M. (2020). Educação financeira: Nível de conhecimentos dos alunos de uma instituição de ensino superior. *Revista de Administração e Negócios da*

Amazônia, 12(1), 134–156. <https://periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/4574>

Freire, P. (1967). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

[http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia\\_do\\_oprimido.pdf](http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf)

Fonseca, S. L. (2012). *Planejamento financeiro nas empresas comerciais de Caxias do Sul – RS* (Monografia de Bacharelado, Universidade de Caxias do Sul). Universidade de Caxias do Sul.

<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1607/TCC%20Su%C3%A9len%20Le%20mos%20Fonseca.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Fernandes, A., & Cândido, J. (2014). Educação financeira e nível do endividamento: Relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, 5(2).

<https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/3158>

Ganzeli, P. (2013). Políticas públicas de educação financeira: Do processo histórico às ações práticas em Instituições de Ensino Superior. In A. M. Martins, A. I. Calderón, P. Ganzeli, T. O. G. Garcia, & É. Bombardi (Orgs.), *Políticas e gestão da educação: Desafios em tempos de mudanças* (pp. 45–64). Autores Associados.

<https://www.scielo.br/j/aval/a/tJxQRnsvdtYNRM9xMz9Wvwb/>

Governo do Estado de Mato Grosso. (2024, maio 20). *Escolas estaduais de MT já trabalham educação financeira há dois anos. SP implanta no próximo ano.*

[https://www3.seduc.mt.gov.br/-/escolas-estaduais-de-mt-j%C3%A1-trabalham-educa%C3%A7%C3%A3o-financeira-h%C3%A1-dois-anos-sp-implanta-no-pr%C3%B3ximo-ano#:~:text=O%20Governo%20de%20Mato%20Grosso,Nacional%20Comum%20Curricular%20\(BNCC\)](https://www3.seduc.mt.gov.br/-/escolas-estaduais-de-mt-j%C3%A1-trabalham-educa%C3%A7%C3%A3o-financeira-h%C3%A1-dois-anos-sp-implanta-no-pr%C3%B3ximo-ano#:~:text=O%20Governo%20de%20Mato%20Grosso,Nacional%20Comum%20Curricular%20(BNCC))

Jesus, L. M. N. (2019). Finanças pessoais: Um estudo sobre as contribuições da educação financeira para a qualidade de vida. *Textura*, 13(21), 74–82.

<https://doi.org/10.22479/desenreg2019v13n21p74-82>

Kiyosaki, R. (1997). *Pai rico*. <https://www.seriepairico.com>

Keynes, J. M. (1936). *The general theory of employment, interest and money*. Harcourt Brace Jovanovich.

Kruger, F. (2014). *Avaliação da educação financeira no orçamento familiar* (Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia).

<https://educacaofinanceira.com.br/wp-content/uploads/2021/11/tcc-educacao-financeira-no-orcamento-familiar.pdf>

Kahneman, D. (2020). *Rápido e devagar: Duas formas de pensar*. Objetiva.

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/559604/2/Guia%20para%20as%20aulas%20-%20Ed.%20Financeira.pdf>

*Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (1996) Estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional. Diário Oficial da União. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014. (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)

Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. (2020). Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/114113.htm#:~:text=L14113&text=Regulamenta%20o%20Fundo%20de%20Manuten%C3%A7%C3%A3o,2007%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114113.htm#:~:text=L14113&text=Regulamenta%20o%20Fundo%20de%20Manuten%C3%A7%C3%A3o,2007%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs)

Lucion, C. E. R. (2005). Planejamento financeiro. *Revista Eletrônica de Contabilidade*, 1(3). <https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/download/142/3955/29054>

Merton, R. C. (2002). *Finanças* (2ª ed.). <https://www.travessa.com.br/financas-2-ed-2002/artigo/e0afdf3d-7349-4627-a130-40cc6b079386>

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. (1998). *Parâmetros curriculares nacionais: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – Temas transversais*. MEC/SEF.

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=40791-bncc-proposta-preliminar-segunda-versao-pdf&category\\_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=40791-bncc-proposta-preliminar-segunda-versao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192)

Moreira, E. (n.d.). *5 princípios da educação financeira para adotar como hábito*. <https://edumoreira.com.br/5-principios-da-educacao-financeira/>

Muller, C. J. (2003). *Modelo de gestão integrando planejamento estratégico, sistemas de avaliação de desempenho e gerenciamento de processos (MEIO – Modelo de Estratégia, Indicadores e Operações)* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

[http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/publicacoes/claudio\\_muller\\_tese.pdf](http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/publicacoes/claudio_muller_tese.pdf)

Ministério da Educação – MEC. (2014). *Conferência sobre educação financeira*. <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira>

Nogueira, H. (2011). *A importância do fluxo de caixa na tomada de decisão de pequenas empresas*. Faculdade Sete de Setembro. <https://www.uni7.edu.br/ic2011/79.pdf>

Novak, G. (2015). A importância da educação financeira nas escolas. *Anais do ENAPROC – Comunicação Oral*, 1(1).

<https://periodicos.uniuv.edu.br/enaproc/article/view/340>

Peretti, L. (2007). *Aprenda a cuidar do seu dinheiro* (1ª ed.). Impressul.

- Ramsey, D. L. (1974). *Técnica do envelope*. <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5V5IzjHOdsC&oi=fnd&pg=PP1&dq=Dave+Ramsey&ots=o2uYw5w2HY&sig=mjxe5PqzIRzz5pn3TqUpol9EEM0#v=onepage&q=Dave%20Ramsey&f=false>
- Silva, A. O. A., & Sena, T. R. (2023). Finanças pessoais: um estudo da gestão financeira pessoal dos profissionais contábeis da cidade de Salvador – BA. *Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, 10(1), 22-40. <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/contabilometria/article/view/2632>
- Sobrinho, A. P. S., & Tofoli, E. T. (2017). A importância do planejamento financeiro na organização. *Colloquium Socialis*, 1, 522-527. <http://www.unoeste.br/>
- Stephani, M. (2005). *Educação financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3489>
- Organization for Economic Co-operation and Development (OECD). (2009). *Educação financeira nas escolas*. <https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200902.pdf>
- Oliveira, A., Machado, F., Martins, J., & Sposito, R. (2014). A importância financeira no contexto escolar e familiar: uma amostra do projeto implantado na Unespar. *Acadêmica Edu*, 1(1). [https://www.academia.edu/31360213/A\\_IMPORT%C3%82NCIA\\_DA\\_EDUCA%C3%87%C3%83O\\_FINANCEIRA\\_NO\\_CONTEXTO\\_ESCOLAR\\_E\\_FAMILIAR\\_UMA\\_AMOSTRA\\_DO\\_PROJETO\\_IMPLANTADO\\_NA\\_UNESPAR\\_Autores](https://www.academia.edu/31360213/A_IMPORT%C3%82NCIA_DA_EDUCA%C3%87%C3%83O_FINANCEIRA_NO_CONTEXTO_ESCOLAR_E_FAMILIAR_UMA_AMOSTRA_DO_PROJETO_IMPLANTADO_NA_UNESPAR_Autores)
- Oliveira, F. J. M. de. (2023). *A educação financeira como disciplina efetiva no novo ensino médio* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/52104>
- Pires, V. (2006). *Finanças pessoais: fundamentos e dicas*. Editora Equilíbrio.
- Portaria Ministério da Educação (MEC) nº 331 de 5 de abril de 2018. (2018). Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação. Diário Oficial da União. <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTARIA331DE5DEABRILDE2018.pdf>
- Portaria Ministério da Educação (MEC) nº 649 de 10 de julho de 2018. (2018). Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação. Diário Oficial da União. [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29495231/dol-2018-07-11-portaria-n-649-de-10-de-julho-de-2018-29495216](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29495231/dol-2018-07-11-portaria-n-649-de-10-de-julho-de-2018-29495216)
- Portaria Ministério da Educação (MEC) nº 1.716 de 3 de outubro de 2019. (2019). Dispõe sobre a instituição, a organização e o funcionamento da Instância Permanente de Negociação e Cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Diário Oficial da União. [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acao\\_informacao/pdf-arq/portaria\\_1716\\_de\\_3a.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acao_informacao/pdf-arq/portaria_1716_de_3a.pdf)

*Portaria Ministério da Educação (MEC) nº 177 de 30 de março de 2021.* (2021). Institui o Programa Brasil na Escola. Diário Oficial da União.

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=31/03/2021&jornal=515&pagina=170&totalArquivos=246>

Programa Educação Financeira nas Escolas. (2021). *Programa Educação Financeira nas Escolas.* <https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/criancas-e-jovens/programa-educacao-financeira-nas-escolas#:~:text=Em%20julho%20de%202021%2C%20o,um%20per%C3%ADodo%20de%203%20anos>

Zecchin, G. B. (2017). *Educação para o consumo: a ação docente em destaque* (Dissertação de mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie).

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/559604/2/Guia%20para%20as%20aulas%20-%20Ed.%20Financeira.pdf>